



***“NÓS DE DENTRO DO TERRITÓRIO VIEMOS PARA TENSIONAR”:
MULHERES, TERRITÓRIOS E LUTAS - UM CAMINHAR COM FÁTIMA
BARROS***

***“WE, TERRITORY’S INSIDERS, CAME TO MAKE TENSION”:
WOMEN,
TERRITORIES AND STRUGGLES - IN AN ACCOMPANY WITH FÁTIMA
BARROS***

Maria de Fátima Batista Barros¹

Naiane Vieira dos Reis²

Olivia Macedo Miranda de Medeiros³

Kênia Gonçalves Costa⁴

Ana Crélia Penha Dias⁵

Victoria Feitosa⁶

¹ Liderança, Educadora Social, Projetista e Articuladora na Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente, Pedagoga, Técnica em Assuntos Educacionais, Militante do Movimento Quilombo da Articulação Nacional de Quilombo (ANQ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult - UFNT/UFT). Infelizmente, foi ceifada da sua vivência entre nós, sendo vítima da falta de políticas assertivas para controle e erradicação da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia de COVID-19.

² É membro das Coletivas Raimundas, que se interessam por discussões e realizam pesquisas sobre gênero, raça, classe, sob uma perspectiva decolonial. É professora substituta de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Maranhão, campus São Luís - Monte Castelo. No campo da pesquisa, interessa-se pela discussão sobre gênero, classe e raça, maternidade, literatura de autoria feminina, decolonialidade e ensino de leitura. E-mail: naianevieira@uft.edu.br

³ É membro das Coletivas Raimundas, docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins, atuando na área de Interdisciplinaridades, com ênfase em História, Cultura e Literatura, nos seguintes temas: regionalidades, estudos indígenas, literatura e história, formação de professores, plantas medicinais e cultura dos Comuns. E-mail: oliviacormineiro@uft.edu.br

⁴ É membro das Coletivas Raimundas, docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins atuando na área de Interdisciplinaridades, com ênfase em Geografia, nos seguintes temas: gênero, ensino, formação de professores, cartografia, aprendizagens criativas, educação indígena, quilombola, etnias, cultura, identidades e territórios. E-mail: keniocost@uft.edu.br

⁵ É membro das Coletivas Raimundas. Atualmente, é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura infantil, literatura brasileira, literatura e ensino e formação do leitor literário. E-mail: anacrelia@gmail.com

⁶ É membro das Coletivas Raimundas, advogada e Mestranda em Estudos de Cultura e Território na Universidade Federal do Tocantins. Tem Pós-graduação em Práticas Jurídicas pela ESMAT (Escola Superior da Magistratura Tocantinense), e em Direito Constitucional pela Damásio. E-mail: victoria.feitosa@uft.edu.br

**RESUMO:**

Este trabalho configura-se como registro e diálogo com uma das maiores lideranças políticas na luta pelo território quilombola do Brasil. Para tanto, recorre às reflexões propostas por Fátima Barros, em um evento acadêmico, cujos saberes de luta política e acadêmicos convergem para uma compreensão dos elementos raciais, de classe, de gênero, entre outros, que consolidam a desigualdade social e limitam o acesso aos direitos civis. Como movimento de documentação, aprendizagem e coparticipação, este texto polifônico materializa-se a partir dos esforços e do diálogo das Coletivas Raimundas. Ouvir e aprender com as lideranças mulheres é entender como essas vozes, muitas vezes fora da lógica de legitimação acadêmica, constituem-se como ponto fundamental para a luta e teorização decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: quilombo; resistência; mulheres negras; decolonialismo; feminismo.

ABSTRACT:

This paper is configured as a record and dialogue with one of the greatest political leaders in the struggle for quilombola territory in Brazil. Therefore, it uses the reflections proposed by Fátima Barros, in an academic event, which knowledge of political struggle and academics converge to an understanding of the racial, class and gender elements, among others, that consolidate the social inequality and limit access to civil rights. As a movement of documentation, learning and co-participation, this polyphonic text materializes itself from the efforts and dialogue of Coletivas Raimundas. Listening to and learning from women leaders is to understand how these voices, often outside the academic legitimacy logic, become a fundamental point for the resistance struggle and decolonial theorizing.

KEYWORDS: quilombo; resistance; black women; decolonialism; feminism.

INTRODUÇÃO

“Nós de dentro do território viemos para tensionar” é uma expressão que dialoga com as vivências e práticas militantes e acadêmicas de Fátima Barros, registrada aqui por meio da transcrição de sua voz/fala no evento Novembro Negro⁷, organizado pelas Coletivas Raimundas⁸. Discutindo quilombo, educação, racismo e luta política do povo negro, a primeira autora deste texto é mencionada sempre no presente, porque ela semeou e ramificou afeto, consciência política e pedagógica, resistência e diálogo durante toda a sua vida.

⁷ Esse evento foi uma articulação para dialogar com a pauta étnica e racial na ótica da feminina, cujas práticas e vivências cotidianas e acadêmicas versam sobre raça, que também atravessa gênero, classe, localização geográfica, ponto de partida para as discussões do evento. O Novembro Negro: Diálogos Étnicos e Interseccionais, organizado pelas Coletivas Raimundas, com o apoio de Universidades Públicas e Institutos Federais de ensino, dedicou-se a debater sobre a negritude nas experiências das mulheres nortistas, na história, nas literaturas, no campo da educação.

⁸ São frutos de diálogos e da necessidade de falar conjuntamente, de mútuo fortalecimento entre as pesquisas, as reflexões teóricas, as experiências de vida. Nesse sentido, as Coletivas surgem pela comunhão entre mulheres interessadas na pesquisa, no diálogo, na troca, sendo oriundas de todas as regiões deste Brasil. Em homenagem a uma grande liderança política nas regiões Norte e Nordeste, de classe trabalhadora de zona rural, uma quebradeira de coco, a Dona Raimunda Quebradeira de Coco, ou Raimunda Gomes da Silva, inspirou e motivou, por sua história de vida e de luta, a criação de nosso movimento coletivo.



Fátima Barros é aluna de mestrado no PPGCult⁹ e uma liderança quilombola na região de Araguatins (TO), na Ilha de São Vicente (Rio Araguaia). Ao longo de seu mestrado [PPGCULT-UFNT], foi construindo mais conhecimento do que já tem, retornando-o para a comunidade. Isso é o que é importante, é o que é mais relevante de poder contribuir. Nossa discussão, como sempre, envolve mulheres, mulheres em suas várias atuações, mulheres de comunidades, mas mulheres na universidade, assim como a universidade na comunidade também.

A partir do tema “Mulheres e decolonialidade: uma perspectiva desde a academia”, três mulheres¹⁰ da/na comunidade que também vivenciam a formação acadêmica, configurando-se como intelectuais nesses espaços, discutem ser quilombola, ser indígena e a relação da universidade com os saberes. O que é a decolonialidade? Tornamo-nos decoloniais quando há um olhar crítico sobre o que produzimos de conhecimento, e esse conhecimento passa por uma hierarquização. O pensamento colonial surgiu na Europa no século XV, numa forma de construção de pensamento que colocava a Europa como centro do mundo. Ou seja, numa escala de referências, de hierarquia de valores, a Europa estava no topo, acima de todas as outras formas de pensar, se expressar e de existir, de criar arte. Todas as demais que não eram europeias foram consideradas inferiores. Esse era o pensamento colonial. Percebemos, então, que é necessário abrir espaço e valorizar novas formas de existir, novas formas de se manifestar, para garantir visibilidade e expressividade dos diferentes povos. Isso inclui, obviamente, aqui no Brasil, os povos ameríndios, os africanos, a diáspora africana, que hoje é parte do Brasil.

Maria de Fátima B. Barros é militante da ANQ [Articulação Nacional de Quilombos], liderança quilombola da Ilha de São Vicente, membro da Comissão de Povos do Cerrado do Conselho Regional do Tocantins (CRP-23), membro do grupo Carolinas Leitoras de Marabá, membro do Coletivo Dandaras do Mato, coordenadora da Biblioteca Quilombola Julião Henrique Barros, coordenadora do Coletivo de Jovens Lideranças da Ilha de São Vicente, pedagoga e mestranda no PPGCult, UFT, campus Araguaína. É técnica, formada pela DECAMP-SEMED, em Marabá (PA). Também atuou como projetista e coordenadora na

⁹ Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no campus de Araguaína, em transição/desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

¹⁰ Maria de Fátima Batista Barros (Mestranda e Quilombola), Letícia Jôkâhkwyj Krahô (doutoranda e indígena), Kênia Gonçalves Costa (Pesquisadora, docente e coordenadora do PPGCult) foram as componentes da mesa-redonda, que foi realizada no dia 13 de dezembro de 2020.



AMAS (Associação de Mães Solteiras e Mães Carentes no Extremo Norte do Tocantins), no Projeto Capacita Ação. Passemos, então, às suas palavras.

A VOZ DE DENTRO: FÁTIMA BARROS

Axé para vocês. Ori¹¹. Eu vou começar esta fala destacando a importância do Ori, da cabeça. *Orí Eni Ní Um 'ni J'Oba*, a cabeça de uma pessoa faz dela um rei. Então, na cultura dos africanos, a cabeça é muito importante. É pela cabeça que a gente escuta, que a gente comunica, que a gente se alimenta e que a gente recebe o que a gente tem de melhor, e que a gente dá o que tem de melhor; é a partir do que está na nossa cabeça. Então, a nossa cabeça é um símbolo de luta, resistência. A cabeça de um homem e de uma mulher faz deles um rei. Isso é extremamente importante para o povo negro, é extremamente importante para as nossas crianças negras.

Ao fazer esta fala, eu gostaria de pedir licença aos meus ancestrais, para as minhas ancestrais da família Barros, para os mais velhos do mundo, para as mais velhas do mundo, para as mais novas da família Barros, para a nova geração da família Barros. Eu falo em nome de uma luta que não é só minha. Eu falo de um lugar social, de um lugar da coletividade.

Esse lugar da coletividade é também lugar da resistência, é o lugar de existir. O território quilombola é também o lugar da gente existir: é onde a gente existe enquanto pessoa, é onde a gente existe enquanto parte da nossa cultura, é onde a gente faz a nossa cultura renascer. Isso é necessário ser lembrado. Às vezes, eu fico pensando: “Ah, se eu soubesse o meu verdadeiro nome, se eu soubesse qual é o meu país, se eu não tivesse que falar na lata, se eu não tivesse que falar tão alto, se eu não tivesse que gritar para me fazer ouvir, seria muito mais fácil me ver sangrar”. Então, a gente sangra todos os dias nos territórios, sobretudo nós mulheres negras.

Nós somos a base dessa pirâmide. Em cima dos corpos das mulheres negras e das mulheres indígenas é que estão todas as opressões. A gente não pode perder de vista que estamos falando de séculos de dominação. Nós estamos falando de saberes e de uma cultura afro que foi adormecida, que foi esquecida nas nossas relações, na nossa comunicação, no nosso contato; de uma fala que nos foi tirada, de conhecer nossas verdadeiras histórias. Então, a gente

¹¹ Para entender a concepção do termo e seus usos, partiremos de Beatriz Nascimento: “[...] burila o termo Ori, como relação entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para se interpretar numa única visada restauradora a desumanização do indivíduo negro e suas possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade” (RATTS, 2007, p. 64).



está aqui para retomar, para recontar essas nossas histórias e para fazer com que os nossos mais jovens e as nossas mais jovens consigam dar continuidade na luta, na resistência e nesse processo de decolonialidade, nesse processo de enfrentar esse epistemicídio¹², da gente não se calar frente a esses processos violentos que há na sociedade, dentro e fora da academia.

Hoje, esta é uma fala extremamente simbólica, uma fala extremamente importante, primeiro, da satisfação e da alegria de fazer uma fala num coletivo chamado Raimundas. Preciso dizer da minha relação com a Dona Raimunda, que conheci em 2003, quando eu terminei meu curso de graduação em Pedagogia. Eu sou formada em Pedagogia pela UFG - Universidade Federal de Goiás, e retornei para Araguatins (TO) no ano de 2003. Nesse ano, eu conheci Dona Raimunda, em São Miguel (TO), porque eu fui trabalhar como supervisora. Eu era uma professora que trabalha na Regional de Ensino, mas não era do Movimento Quilombola; eu não tinha esse recorte racial nem na minha formação e nem no meu histórico de vida, porque, primeiro, eu saí da minha casa muito cedo, para poder ter a oportunidade de estudar.

Minha família é uma família muito grande. Nós somos 10 irmãos e eu sou a penúltima filha. A minha mãe não era escolarizada; ela era quebradeira de coco. Das minhas lembranças, das minhas memórias, eu lembro da minha mãe me levar para o mato, para ela quebrar coco. Mas ela não me deixava quebrar coco. Ela colocava bonecas num cofo¹³, água e algumas frutas e farinha. Chegando lá, ela cortava palhas, colocava no chão e eu sentava. Ela ia quebrando e a gente ia conversando, falando de vários assuntos. Quando eu falava para ela “Mãe, quando eu vou aprender?”, minha mãe dizia: “Minha filha, você não vai aprender. Você vai para a escola”. Eu não entendia isso. Eu não conseguia dimensionar como que eu iria para a escola se eu morava numa roça, se a gente estava ali naquela vida. Eu não conseguia ver essa oportunidade.

Quando eu fiz 7 anos, a minha mãe me mandou para a casa de um tio meu e de uma prima. Minha prima só tinha 21 anos, mas as famílias costumam cuidar uns dos outros. Minha prima me assumiu e eu fui para a escola, quando fui alfabetizada e fiz até o Ensino Fundamental morando com essa minha prima. Depois, vou para Goiás morar com a minha irmã e meu irmão, e então era uma vida bem difícil mesmo, no limite, porque a gente morava num barracão, nós três, e tínhamos que organizar nossa vida. Meus pais, de 6 em 6 meses, iam lá, levavam, às vezes, um saco de arroz, um saco de feijão, algumas galinhas para nós, e depois voltavam,

¹² “[...] noção de epistemicídio articulada ao dispositivo de racialidade/biopoder presta-se a dar conta de todas as questões imbricadas no diagnóstico sobre a situação dos negros [...]” (CARNEIRO; FISCHMANN, 2005, p. 30).

¹³ É um cesto feito de palha de palmeiras (aqui muito usada a palha do buriti) para carregar utensílios, alimentação, artefatos pequenos.



porque naquela época não tinha como fazer todo esse processo de idas e vindas. Então, eu fiz o curso em Goiás.

Foi um processo muito difícil também para entrar na UFG através de um sistema universal de vestibular¹⁴; foi o que eu fiz, pois não tinha processo de cota naquele ano em que eu fiz. Na minha turma de pedagogia, éramos apenas duas alunas: eu e Raquel. Eu lembro do nome porque nós éramos duas pessoas, meninas negras na turma. Havia poucos homens, mas negros mesmo éramos só nós duas. Então, havia o estranhamento, todo o dificultador com o processo de aprendizagem, porque eu fui uma aluna do período noturno. Esse processo não foi fácil, sendo extremamente conflituoso na minha vida também, porque precisava trabalhar, precisava me manter. Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite, e fui levando até o final do curso. No final, quando eu terminei, eu tomei a decisão: eu volto para a minha terra! Porque os meus irmãos não queriam voltar. Os meus irmãos ficaram em Goiás; eles moram lá até hoje. Eu fui a única que decidi: eu volto para casa!

Então, peguei as minhas coisas, retornei em 2003 e em 2004 eu conheci a Dona Raimunda, com quem eu conversava muito. Ela falava, nas vezes em que estive com ela, que foram tantas: “Nossa, você precisava fazer parte da luta”. E eu falava: “Dona Raimunda, mas eu já faço a luta dentro da educação”. Eu me sentia contemplada, porque eu fazia esse trabalho de educação: era coordenadora de educação de diversidade, cuidava de programa de correção de fluxo de educação do campo, de educação indígena. Então, conheci muitos companheiros e parentes do movimento indígena a partir desse momento, também, em que eu trabalhava com as comunidades. Eu me sentia contemplada, só que não tinha uma leitura desse recorte racial; eu não conseguia visualizar isso.

É só em 2010, com o despejo do meu tio¹⁵, quando a minha família foi despejada, que nós fizemos a retomada da nossa identidade, que nós buscamos as nossas memórias perdidas e adormecidas. Foi então que consegui entender que todas as opressões que a minha família sofria

¹⁴ Vale salientar que no período da década de 1990 estavam construindo por meio da militância as bases para as políticas públicas visando as ações afirmativas.

¹⁵ Em 2010, Salvador Batista Barros e seus familiares foram expulsos do território ancestral, a Ilha de São Vicente, por força de uma liminar atendendo uma reivindicação de titularidade da terra. Na luta pelo reconhecimento do território quilombola, portaria nº 162 (BRASIL, 2010) da Fundação Palmares, inicia o processo de reconhecimento da comunidade. Seguindo os trâmites, são realizados os estudos para o Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território (DOMINGUES-LOPES, 2014). Com idas e vindas lideradas por Fátima Barros, em 2018, emite-se a portaria n.º 9.509/2018 (BRASIL, 2018) regularizando a questão fundiária do território da comunidade. Em 2020, o Ministério Público Federal (MPF) pede à Justiça Federal que determine ao Incra a demarcação de território quilombola da Ilha de São Vicente.



perpassavam pela cor da nossa pele. Comecei a entender que tudo da gente tinha sido tirado, que a gente não tinha nada, porque tudo que nos era de direito foi tirado por um processo de violência, por um processo da escravidão. Nesse cenário, é importante pontuar que fomos 5 milhões de negros traficados no processo da escravidão, que nós éramos 92% da população deste país e que foi feito todo um processo para embranquecer essa população pós a assinatura da Lei Áurea, e todo um processo para desconstruir as referências, para destruir a resistência e para fazer da gente subalternos, em papéis subalternizados, fazendo os piores trabalhos deste país e ficando na base dessa pirâmide, não tendo resistência, não tendo como ter referência.

A gente começa a entender isso a partir do momento em que há o encontro com a nossa ancestralidade. E é um encontro mesmo com a ancestralidade, porque a gente faz um resgate de oito gerações da família Barros: parte dos meus tataravôs, da minha tataravó Serafina, até chegar nas bisnetas da minha mãe.

A vida inteira vi minha mãe dando depoimento de que ela não teve a oportunidade de estudar, porque a minha mãe nasceu em 1935 e naquele período as mulheres não poderiam estudar. Para além de ser uma pessoa que trazia o estigma da escravidão na história de vida, ela ainda era mulher. Então, são todas essas opressões que atravessavam o corpo dela; e ela não teve a oportunidade de estudar. Mas ela fazia questão que eu e minha irmã estudássemos. Assim, consegui estudar, consegui concluir uma graduação. A minha irmã, infelizmente, parou por questões familiares. Mesmo assim, a minha mãe tinha imenso orgulho.

Eu falo *in memoriam*: minha mãe tinha imenso orgulho. Quando chegava uma pessoa, logo ela dava um jeito de dizer: “Olha, minha filha é formada, minha filha é pós-graduada!”. Ela fazia questão de falar isso, porque, de alguma forma, sentia que eu tinha resgatado esse desejo que ela tinha de ter uma formação, esse desejo que ela teve de ir para uma escola formal e que não lhe foi permitido, por um processo de colonização extremamente violenta no Brasil.

É necessário sempre fazer essas conexões com a violência que a gente sofre do colonizador, porque isso impacta a minha vida, mas não é só a minha vida. Isso impacta a vida de toda a população negra deste país, de todos os remanescentes deste país. E isso não é uma fala individualizada. Esta é uma fala coletiva! Esse é o lugar social que eu assumo para falar! Porque falo das vozes dessas mulheres que foram tolhidas de falar, de quantas não conseguiram chegar até aqui.

Éramos quilombolas. Tínhamos uma identidade reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2010), mas não sabíamos de certo como lidar com isso. A gente não



conhecia a legislação quilombola, a gente não conhecia a luta quilombola. Eu decidi: “Quer saber? Vou para Brasília”. Juntei minhas coisas numa mochila, umas duas malas, minhas coisas pessoais, as do meu filho, botamos no carro e partimos para Goiás. Chegamos em Goiânia e de lá eu fui para Brasília. Então, eu arrumei um trabalho numa faculdade, que é a Faculdade Alvorada, onde eu fiz uma pós-graduação também. A partir desse momento, eu passo a fazer uma conexão. Isso é bem interessante, porque a Beatriz Nascimento¹⁶ fala das características do povo Banto¹⁷, e eu sou de origem. Então, ela fala que existe toda uma construção de rede de relações. Inclusive, no tensionamento de Palmares, ela fala que lá em África a rainha Nzinga¹⁸ também estava nesse processo de luta dentro daquele reino dela, que era aquela rainha angolana, que era aquela Angola, como eles falam, rainha. Então, da mesma forma, a gente consegue abstrair isso que é da nossa ancestralidade, que é o poder das relações.

Em Brasília, começo a ir na Palmares [Fundação Cultural Palmares], ia na SEPPIR [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], ia no Congresso, ia na PGR [Procuradoria-Geral da República]. E, assim, não pedia para entrar! De certa forma, eu batia na porta e me enfiava para dentro, e dei um jeito de ir conhecendo as pessoas. Comecei a conhecer lideranças quilombolas, comecei a participar de reuniões. As pessoas começaram a dizer: “tem uma mulher, liderança quilombola, do estado do Tocantins”. Ninguém sabia de onde eu vinha, porque eu era de uma região que nem quilombo tinha. Em primeiro lugar, as pessoas perguntavam: “Onde que tem esse quilombo em Araguaína?”. Depois, as pessoas não sabiam quem eu era. Eu vinha da educação; não tinha relação nenhuma com o Movimento Negro, não conhecia nem a história direito do Movimento Negro. Isso para mim era muito longe, muito superficial. Então, eu estava dentro do Movimento Quilombola, no bojo da luta, e tendo também que articular a luta em Brasília.

Assim, começo a viajar, conhecer outros lugares, ir em outros lugares dialogar com as lideranças e acompanhar o processo de regularização fundiária da Ilha de São Vicente, que era o nosso foco, porque o meu tio ainda estava despejado e a gente precisava retomar o território de volta. Isso é também uma das características que a Beatriz [Nascimento] coloca, que é esse conceito de quilombo a partir dessa busca por território¹⁹. Eu estava fora do meu território, mas

¹⁶ Podemos destacar o artigo de 1982, intitulado “Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso” (RATTS, 2007, p. 109-125).

¹⁷ Salienta-se que é uma relação etnolinguística com os escravizados e traficados do continente africano das atuais áreas do Congo, Angola e Moçambique.

¹⁸ Sugestão de leitura Linda M. Heywood (2019).

¹⁹ Vale salientar que autora pesquisou a temática por mais de 20 anos (RATTS, 2007, p. 41-44; 51-59).



o meu papel era buscar o território, para que a minha família pudesse retornar para o território. A gente começa a dialogar, por dentro do Ministério Público; conseguimos fazer mudanças no processo, conseguimos incidir fortemente no processo.

Ao mesmo tempo, íamos entendendo de Políticas Afirmativas para negros, para quilombolas, de que forma a gente lidava com isso. Eu começo a interagir com o MEC [Ministério da Educação] e entender essa política educacional, essa política para o ensino superior, e faço as primeiras reuniões com a minha família num colégio CEM [Centro de Ensino Médio], que hoje é um Colégio Militar, onde já havia trabalhado. Então, marquei uma reunião, levei os meninos que estavam estudando no ensino médio, convidei outros alunos negros também, expliquei para eles que existiam políticas públicas. Existia Política Afirmativa, que era um direito, que não era nada de estar sendo bonzinho, porque o governo não estava sendo bonzinho com a gente, mas era um direito, uma reparação, que poderíamos e deveríamos acessar as Políticas Afirmativas!

A partir desse momento, eu começo também a estudar com os meninos, mandar material, buscar material. Surge a ideia de ter também uma sala de leitura. A gente começa também uma campanha para criar a biblioteca. A gente busca material, pega, recebe doações. O IFTO [Instituto Federal do Tocantins] fez uma primeira doação. O meu irmão tinha uma biblioteca em Goiás e doou-a toda para a gente, trazida em malas. Eu fiz uma campanha em Brasília, e conseguimos 10 mil livros. A gente faz uma outra campanha para trazer os 10 mil livros para Araguatins.

Enquanto isso, os nossos alunos começam a acessar; a gente começa a ter aluno indo para uma faculdade, indo para outra, entrando no Instituto [Federal]. Como a gente tem 3 cursos no IFTO, no campus de Araguatins, que é Computação, Biologia e Agronomia, os nossos alunos começaram a entrar nesses cursos. A gente descobriu a outra política, que era a política de permanência, que era a Bolsa Permanência²⁰. Fomos atrás. A gente teve a dificuldade inicial. Depois, eu descobri como que era a documentação, que passei a buscar. Eu mesma organizava, ia na Palmares [Fundação Cultural Palmares], trazia essa documentação para os meninos e eles iam dando entrada para poderem se manter dentro da universidade e continuar fazendo suas formações.

²⁰ Programa instituído em 2013 com a finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2013).



Chegou o momento em que as minhas sobrinhas, uma das minhas sobrinhas foi para Palmas, que é a Cristina, para fazer Administração, a outra irmã dela passa para Jornalismo, que é a Letícia, ambas bisnetas da minha mãe, e não tinham lugar para ficar. Então, corri atrás de uma pessoa dentro da UFT, expliquei a situação. Consegui falar com o presidente da Casa dos Estudantes. Conseguimos um quarto para elas duas. Elas foram para lá com a cara e a coragem, e a mala, e foram estudar na UFT. Logo depois de algum tempo, o meu filho passou. Então, foi outra situação, que ele já não conseguiu se enquadrar na Casa do Estudante, porque ele foi, ficou num quarto que era muito lotado. Os meninos tiveram uma aversão a ele. Em função disso, eu tive que vender o meu carro, juntar tudo o que eu tinha e montar uma *kitnet* para que ele pudesse dar continuidade na formação dele no curso de Direito.

Inclusive, nós acreditamos que a formação dos filhos é extremamente importante, porque a partir do momento que a gente tiver os nossos filhos assinando esses processos, que nós tivermos os nossos filhos fazendo o processo de formação dos outros filhos que vierem, é que a gente faz a transformação social real dentro dos territórios! Então, a gente foi fazendo esse trabalho. Eu preciso ressaltar que, desse trabalho, hoje, 90% das pessoas que estão na universidade são mulheres. É bem interessante isso, porque a minha mãe ainda teve essa alegria de ver a bisneta dela formando! E a bisneta dela que formou foi a Letícia Queiroz, que fez o curso de Jornalismo, e nesse curso de Jornalismo ela escreveu um livro contando a história da Ilha de São Vicente. Foi o primeiro livro, chamado “Vida quilombola no Rio Araguaia”, no qual ela conta a história da nossa família, a história da minha mãe.

A minha mãe, que não teve a oportunidade de ir para uma escola formal, de ir para uma universidade, teve a descendência dela garantida de que lutou por esse direito e que está empoderada dentro da Ilha de São Vicente, retomando o território, e de forma coesa, de forma precisa, e contribuindo para a luta quilombola no Brasil. A gente vem contribuindo com a luta quilombola no Brasil.

Então, eu sei que existe uma série de críticas em relação às mulheres dentro do movimento, existe uma série de colocações acerca da nossa postura, mas, se nós não nos posicionarmos dessa forma, não conseguimos manter os nossos vivos! E a academia é nossa! Vai ter preto sim na universidade! Vai ter preto sim no curso de doutorado e no mestrado! Eu poderia não buscar uma formação além da que estou, porque o que eu gosto é da luta política quilombola. É isso que me dá vida! É isso que me mantém firme! É isso que faz com que eu acorde todo dia e faça a luta de novo! É a certeza de que nós vamos regularizar São Vicente! É



a certeza de que nós vamos lutar junto com as outras comunidades para regularizar os 5.000 territórios quilombolas nesse Brasil! A gente não desiste nem um segundo da nossa vida de fazer a luta pelos territórios! Existem contradições na postura das mulheres quilombolas, porque sempre nos colocam: “Vocês são bravas, vocês falam alto, vocês isso, vocês aquilo”. Mas nós viemos para disputar! E vamos disputar pela porta da frente sim! A gente vai continuar lutando!

A gente vai continuar tensionando e fazendo desequilíbrio! A gente não veio para fazer nenhuma fala equilibrada; a gente não veio para trazer nenhuma fala acadêmica! Porque, se vocês querem falas acadêmicas, vocês têm doutores maravilhosos dentro da universidade! Mas nós de dentro do território viemos para tensionar! A gente vem é para trazer todas as mazelas que nos foram impostas durante séculos.

A gente não esquece! A gente não esquece! A gente não esquece que destruíram a nossa história! A gente não esquece que violentaram mulheres! A gente não esquece disso. A gente não esquece! A gente não esquece que vocês juntam isso tudo e ainda vendem isso como ciência! Isso não é ciência! A gente tem que fazer uma recolocação! A gente tem que reorganizar contra essa ideia de violência acadêmica, contra a ideia de violência contra os nossos corpos!

Os contra-saberes! Ecologia de saberes nessas pessoas! A gente tem territórios com diversos saberes! A gente tem os povos indígenas com diversos saberes. A gente precisa retornar para esses territórios e fazer esses debates. É por isso que eu ressalto a importância desta fala por dentro desse coletivo, um coletivo de mulheres, um coletivo com nome de Raimundas, um coletivo que traz mulheres que estão determinadas a fazer transformação social real no Tocantins, sobretudo no norte do Tocantins, onde nós somos extremamente esquecidos. Mas, assim, as pessoas não de entender que nós temos pesquisadores aqui no Norte sim! Que nós temos voz aqui no Norte sim! Que a nossa academia aqui no Norte é valorizada, é de qualidade, e que temos excelentes profissionais!

Então, o nosso papel, para além de tudo, é um papel de descolonizar o imaginário, descolonizar o imaginário do Sul, que pensa que nós não existimos, que pensa que nós não resistimos, que pensa que a nossa academia é inferior à academia de quem está no Sul [do Brasil]! Os nossos saberes são tão válidos quanto os saberes que estão no Sul! Podem ser diferentes, mas são tão válidos quanto! E o Norte precisa resistir! E a gente resiste todos os dias! A gente resiste na enxada, a gente resiste dentro do território, a gente resiste remando



canoa, a gente resiste quebrando coco! Mas a gente resiste com a caneta na mão, dentro das salas da universidade!

A gente resiste, mesmo os nossos filhos enfrentando péssimas condições dentro das Casas de Estudante! Eu digo isso porque eu fui aluna de Engenharia Florestal, no campus de Gurupi [da UFT]; as condições são precárias da Casa de Estudante, nas quais aqueles alunos, aqueles jovens sofrem extremamente. Você vai falar com um psicólogo, com um assistente social, ele só quer te dar um formulário para você assinar. Ele não quer te ouvir, ele não quer saber o problema que a Letícia teve, se ela teve TPM, se não teve. Ele não quer saber se eu não tenho comida na minha casa. Ele não quer saber se eu tenho que andar 3 quilômetros para chegar na universidade.

Então, assim, para a gente vir para dentro da universidade, nós vamos vir com condições! A gente precisa vir com condições reais, porque a gente veio para disputar. A gente está aqui para disputar! E a gente vai disputar, e pela porta da frente! A gente não vai disputar pelos fundos não. A gente não está roubando nada! A gente está, sim, pegando um conhecimento, que é o conhecimento transversal, que é o conhecimento da diversidade, que é um conhecimento produzido a partir dos nossos territórios e a partir de África. África é mãe. África traz tudo.

Então, assim, todos esses saberes, todos esses conhecimentos, toda essa luta quilombola se traduz num processo de resistência. Estamos fazendo uma formação pessoal, porque você está lá no curso, fazendo o curso; sim, eu estou lá no curso fazendo o curso, mas estou dentro do mestrado porque preciso garantir que as novas gerações tenham a oportunidade de chegar também. Então, todos os dias, já pensei em desistir várias vezes. Digo a vocês: já pensei. Mas, por um outro lado, fico firme. Novamente, faço a reflexão, retomo a Serafina, retomo a Maria Barros, retomo a minha avó Cota, eu retomo a minha mãe, Vicência Barros, e eu retomo as minhas sobrinhas: Helisana, Eliena, Sueli, Letícia, Cristina, a minha sobrinha Katiuce. Eu retomo a minha prima Rosângela, eu retomo a Carol. Eu retomo todas essas meninas da Ilha de São Vicente que estão dentro das universidades!

Eu sei que o papel de cada uma das lideranças dentro dos cursos de formação é extremamente importante para os territórios, mas, acima de tudo, é extremamente importante para este país! Então, esta nação não pode nos apagar, não pode tirar a nossa resistência, não pode minar, não pode nos discriminar! Não pode de jeito nenhum! Porque nós somos presente! O nosso Ori é presente! Nós temos cabeças maravilhosas! Eu acho muito importante quando eu



vejo a minha sobrinha fazer um livro! A minha sobrinha, a Helisana, escreveu um livro todo ilustrado! Vocês precisam ver! Eu fico, assim, impressionada da capacidade que eles têm de produção. Eu sento numa mesa [redonda] e faço uma mesa junto com a Helisana e ela consegue debater melhor do que eu! Porque os que vierem depois de mim virão melhores! Os que vierem depois de mim serão melhores! Então, trago essa realidade para vocês, do ponto de vista da militância, porque é um ponto de vista de tensionamento!

A gente não está num terreno que seja apaziguador, mas traz também do ponto de vista da dialética. A gente traz entendendo a importância social desses processos, entendendo como trazer de volta os nossos ancestrais, como a gente respeita os nossos ancestrais, e como essa luta é uma luta por justiça. Se não tiver justiça para os nossos, não há Justiça. A Justiça é de Xangô! Então, a Justiça tem que existir para os nossos. E a justiça para os nossos é que a gente seja respeitado, que a gente tenha possibilidade e as reais condições de ir para dentro de uma academia que não só nos coisifique, porque, se nós formos só coisificados, nós vamos fazer vocês se arrependem de nos coisificar. Nós vamos fazer isso! Porque o povo negro tem se organizado; o povo negro tem se levantado.

Temos grandes pesquisadores. Trago aqui para esta fala Beatriz Nascimento, trago aqui para esta fala Djamila [Ribeiro], trago Angela Davis, Lélia [Gonzalez]. Trago para esta fala todas essas mulheres que fizeram resistência e que vêm fazendo resistência, todas essas mulheres que vêm construindo a academia e a história do nosso povo negro. Então, trago para vocês isso para lembrar para vocês que nós não somos apenas corpos que devem ser subalternizados. Nós somos pessoas! E no território tem gente!

O território treme. A gente sangra no território. Mas o território também é nosso lugar de afeto. O território é para onde a gente quer voltar, é onde o coração treme toda vez que a gente pisa na terra. E a terra é a nossa conexão. Terra é mãe. Terra tem todos os orixás, todas as divindades. Todos os encantados brotam da terra. E a terra traz isso para a gente. A sintonia nossa com o nosso território faz da gente o que a gente é, faz da gente toda essa energia. A minha fala não é minha. A minha fala é dos meus antepassados, é das minhas avós, das minhas bisavós, daquelas que caminham comigo todos os dias. Agradecer. Muita gratidão mesmo a todas que organizaram o evento, a esse coletivo de Raimundas. E parabenizar o coletivo pelo evento, parabenizar todo esse trabalho maravilhoso, toda essa possibilidade de pesquisa e a partir de mulheres. Estou extremamente agradecida e também impactada por poder falar com vocês hoje. Gratidão! Axé!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Portaria nº 162. **D.O.U.** de 21 de dezembro de 2010. Brasília (DF): Fundação Cultural Palmares. 2010.

BRASIL, Portaria nº 389. **D.O.U.** de 13 de maio de 2013. Brasília (DF): Ministério da Educação. 2013.

BRASIL, Portaria nº 9.509. **D.O.U.** de 20 de setembro de 2018. Brasília (DF): Secretaria do Patrimônio da União. 2018.

DOMINGUES-LOPES, Rita de C. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, Araguaíns-Tocantins**. Palmas: INCRA/ SR 26-TO, 2014.

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: a Rainha Guerreira da África**. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

Artigo submetido em: julho/2021

Artigo aceito em: agosto/2021